

**DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO
SISTEMÁTICO DA LITERATURA**
*FUNDAMENTAL RIGHT TO PUBLIC SECURITY: A SYSTEMATIC MAPPING OF THE
LITERATURE*

João Pedro Felipe Godoi

Doutorando em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPGCJ - UENP). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Paraná (Brasil).
Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/6354771905163137>.
E-mail: joao.godoi@unesp.br.

Fernando de Brito Alves

Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - ITE / Bauru-SP. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Graduado em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração e graduado em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro. Especialista em “História e historiografia: sociedade e cultura” pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Foi Coordenador do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciência Jurídica (agosto de 2014 - março de 2023). Realizou estágio de pós-doutorado no *Ius Gentium Conimbrigae* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2013-2014). Visiting researcher na Universidad de Murcia (2019). Atualmente é Procurador Geral da UENP, Editor da *Argumenta Journal Law* e Assessor Técnico da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná. Paraná (Brasil).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1975997868167667>.
E-mail: fernandobrito@uenp.edu.br.

Vinicius Consoli Ireno Franco

Doutorando em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPGCJ - UENP). Bacharel em Direito pela Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM. São Paulo (Brasil).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7356182351394573>.
E-mail: vinicius.consoli@unesp.br.

Submissão: 28.05.2025.

Aprovação: 31.05.2026.

RESUMO

O trabalho realizou um mapeamento sistemático de literatura sobre teses e dissertações que abordaram a temática do direito fundamental à segurança pública entre 1988 e 2023. Como problema de pesquisa, foi apresentada a seguinte pergunta norteadora: como está situado,

atualmente, o campo de pesquisa (especificamente as teses e dissertações) sobre o direito fundamental à segurança pública? Essa pesquisa foi realizada sobre dissertações e teses encontradas no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), após a aplicação de filtros de busca envolvendo as palavras “segurança pública” e “direito fundamental”. Antes da realização do mapeamento sistemático, foi apresentado breve aporte teórico sobre o tema em questão, com a finalidade de contextualizar a discussão. Com a extração e o levantamento dos dados, chegou-se à conclusão de que a maioria dos trabalhos se concentram em dois objetivos: os que analisam a segurança pública de maneira conceitual e os trabalhos aplicados, que utilizam do conceito de segurança pública para aplicar em algum outro fenômeno, sendo este objetivo a maioria dos trabalhos produzidos, concluindo que os trabalhos acadêmicos estão sendo desenvolvido de uma maneira aplicada.

PALAVRAS-CHAVE: dissertações; teses; mapeamento sistemático da literatura; polícia; políticas públicas.

ABSTRACT

The paper carried out a systematic mapping of literature on theses and dissertations that addressed the theme of the fundamental right to public security between 1988 and 2023. As a research problem, the following guiding question was presented: how is the research field currently situated (specifically the theses and dissertations) on the fundamental right to public security? This research was carried out on dissertations and theses found in the Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) of the Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), after applying search filters involving the words “public security” and “fundamental right”. Before carrying out the systematic mapping, a brief theoretical contribution was presented on the topic in question, with the aim of contextualizing the discussion. With the extraction and data collection, it was concluded that the majority of works focus on two objectives: those that analyze public security in a conceptual way and applied works, which use the concept of public security to apply in some other phenomenon, with this objective being the majority of the work produced, concluding that academic work is being developed in an applied manner.

KEYWORD: dissertations; thesis; systematic literature mapping; police; public policy.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a fazer um mapeamento sistemático da literatura sobre o tema do direito fundamental à segurança pública, para se observar como as teses e as dissertações das universidades tem trabalhado este conceito.

De início, o artigo apresenta um referencial teórico sobre o tema de segurança pública, com a finalidade de situar e contextualizar a discussão a ser desenvolvida por meio do mapeamento sistemático. Como “segurança pública” o trabalho se baseou na concepção apresentada pelo contratualista Thomas Hobbes, onde sua obra foi impactada pelo medo havia no autor na época, uma vez que seu país, a Inglaterra, estava em guerra. Esse medo acaba por

se refletir nos planejamentos envolvendo a segurança pública como direito fundamental e obrigação do Estado em prestar para toda a sua população, uma vez que está esculpida como direito social no artigo 6º da Constituição Federal.

O mapeamento sistemático de literatura é um tipo de pesquisa que visa esboçar um panorama geral das pesquisas realizadas em determinado campo. Decorre da revisão sistemática de literatura (RSL) diferenciando-se desta, principalmente, com relação ao foco da abordagem do levantamento: enquanto a RSL fixa pontos específicos para investigar na literatura de forma sistemática, o mapeamento sistemático tem o objetivo de pesquisar sobre um assunto em uma abordagem geral, tanto na seleção dos trabalhos a serem analisados, quanto nos dados que serão extraídos e interpretados destas pesquisas

Para nortear este mapeamento, foi apresentado o seguinte problema de pesquisa: como está situado, atualmente, o campo de pesquisa (especificamente as teses e dissertações) sobre o direito fundamental à segurança pública?

Com isso, portanto, objetivou-se apresentar um cenário geral da pesquisa acadêmica sobre a temática do direito fundamental à segurança pública. Para tanto, como procedimentos de busca de trabalhos e critérios de seleção, foi estabelecido que o mapeamento seria realizado apenas sobre as dissertações e teses defendidas no Brasil, na área do direito, que abordam o direito fundamental à segurança pública.

2 SEGURANÇA PÚBLICA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A segurança pública é conceituada como uma forma de pacificação social. Suas origens remontam os contratualistas dos séculos XVIII em que se vivia em um Estado absolutista marcado por ausência de lei e conflitos bélicos entre nações e entre a sociedade civil do mesmo país. Com a ausência de leis e com o perigo iminente, Thomas Hobbes formula a ideia de pacto social em que se transfere a titularidade do poder das mãos dos homens para um soberano em troca de segurança.

O filósofo inglês conceitua o leviatã pelo sentimento de medo que o mesmo possuía em relação aos seus semelhantes, “é o medo, portanto, que vai obrigar os sujeitos a fundarem um Estado social e a autoridade política. São os homens, portanto, que vão se encarregar de estabelecer a paz e a segurança” (Damasceno, 2021, p. 88). A ideia de segurança pública idealizada pelos homens já nasce com o sentimento de medo quanto ao seu semelhante.

O império das leis e a sua obediência por parte dos súditos do soberano é um dos pilares da sociedade civil, com a obediência das leis há uma maior segurança jurídica, estabilidade, ou

seja, há uma pacificação social. Porém, a criminologia já parte do entendimento que nem todos os cidadãos vão respeitar as leis daquele Estado, com isso, formula algumas teorias para que se diminua os crimes.

A teoria mais aceita e divulgada no ocidente é a teoria da dissuasão, suas origens remontam a Cesaria Beccaria e Jeremy Bentham, em que ambos defendiam que o crime advinha de escolhas racionais dos indivíduos, onde a mesma avaliaria pelo custo-benefício do crime. A teoria da dissuasão tem em seu DNA um caráter retributivo, onde o crime cometido vai ser redistribuído através de uma pena. Atualmente, os ideais de política criminal passam por um recrudescimento da pena.

Um aparato estatal “baseado no modelo dissuasório busca garantir a certeza e a rigidez das punições para desestimular possíveis criminosos, o que em geral envolve leis penais duras que prescrevam punições longas e severas mesmo para crimes de menor potencial ofensivo” (Zanetic, 2016, p. 152). Gerando com isso um arcabouço normativo cada vez mais inchado de leis com penas cada vez mais severas.

Mas não é somente pelo inchaço do ordenamento jurídico que se elabora a política criminal, ainda que se adote a teoria da dissuasão há um investimento maciço na força do Estado para repelir a agressão, assim “não podemos pensar no direito fundamental à segurança sem analisar o poder exercido pelo Estado através da força. O medo alimenta a força do Estado em relação à segurança.” (Lunardi, 2012, p. 37). A segurança é entendida como um direito social do Estado, uma vez que se encontra dentre o rol do artigo 6º da constituição federal, sendo portanto, um direito prestacional do Estado. O uso da força ressoa dentro do cenário brasileiro com os investimentos em segurança pública. O Estado Brasileiro não se furta em disponibilizar parte de seu erário para o financiar a segurança pública.

Com os gastos cada vez maiores por parte do Estado e com o arcabouço legislativo cada vez mais inchado, faltava para onde iria se direcionar o aparato estatal da segurança pública, com isso, criou – se o atuarismo positivo, que é a preferência por dados estatísticos ao invés de estudos clínicos, compartilhando de uma visão utilitarista dos gastos em segurança pública, visando uma economia adotando parâmetros de desempenho e avaliação periódica dos resultados pretendidos (Garcia, 2015, p. 113-117).

Com isso, o Estado investe em prevenção do crime pela atuária, reduzindo os sujeitos de direito que gozam da segurança pública por parte do Estado em meros números em uma tela de computador.

Essa política de segurança pública desagua nos mais vulneráveis por parte do Estado, àqueles que sofrem maiores lesões por parte do Estado e por parte da própria sociedade, sendo

essas mesmas pessoas transformadas em potenciais violadoras de direitos (Barata, 1997) capaz de legitimar a atuação do aparato estatal de segurança pública sobre os mesmos.

A segurança pública é teoricamente uma forma de pacificação social, sendo indispensável o uso da força em um Estado moderno. Porém, com as decisões adotados a nível de enfrentamento da criminalidade e de um gerencial dos investimentos realizados a nível de segurança pública, acaba sendo os fatores de legitimidade da violência do Estado contra seus próprios súditos mais vulneráveis, sendo que o direito fundamental a segurança pública se esvazia para as populações que são alvos dos bancos de dados de uma política criminal autuarial, sendo o discurso de pacificação social somente para o uso da força contra a sua própria população civil.

Estabelecidas estas discussões iniciais sobre a segurança pública, observa-se a relevância deste conceito no cerne do Estado moderno. No Brasil, em específico, tal conceito possui relevância central no debate público, de modo a ser incluído no rol de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, como já dito. Neste contexto, surge a necessidade de se investigar como está situado, atualmente, o campo de pesquisa sobre o direito fundamental à segurança pública, especialmente as teses e dissertações que abordam esta questão, de modo a compreender quais anos houve as maiores produções acadêmicas sobre o tema, em quais Programas de Pós-Graduação estão sendo desenvolvidas estas pesquisas, bem como a forma pela qual estes trabalhos abordaram a temática do direito fundamental à segurança pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como dito no tópico introdutório, a presente pesquisa consiste em um mapeamento sistemático da literatura. Em linhas gerais, “um Mapeamento Sistemático é uma contribuição autoral que apresenta como resultado o estado da literatura de um determinado assunto ou subconjunto de assuntos, identificando as referências pertinentes a uma pesquisa.” (Proença Junior; Silva, 2016, p. 234). Deste modo, o mapeamento sistemático da literatura pode contribuir para realçar quais pontos e abordagens são adotados pela comunidade acadêmica com relação a determinado assunto, e, com isso, indicar áreas a serem investigadas por revisões sistemáticas ou apontar campos a serem explorados por pesquisas primárias (Kitchenham; Chartes, 2007, p. 44).

Segundo Derneval, Coelho e Bittencourt (2020, p. 4), o mapeamento sistemático decorreu da revisão sistemática de literatura (RSL), sendo um modelo de levantamento mais

amplo sobre determinada temática, se comparado à revisão sistemática, que possui um objetivo de investigação mais específico. Kitchenham e Chartes (2007, p. 44) destacam as seguintes diferenças entre o mapeamento sistemático e a revisão sistemática: (i) o mapeamento apresenta um problema de pesquisa mais amplo do que a revisão sistemática, tendo em vista o seu objetivo de cobertura ampla do tema; (ii) os termos de pesquisa utilizados no mapeamento também são mais gerais, o que acarreta em um levantamento de uma maior quantidade de trabalhos, se comparado à RSL; (iii) o processo de extração de dados do mapeamento também é mais amplo que o realizado na revisão sistemática; (iv) a análise dos dados extraídos no mapeamento é mais sucinta, e consiste no resumo e classificação dos dados, sendo incomum a utilização, no mapeamento, de técnicas de meta-análise e de síntese narrativa; (v) por fim, a divulgação dos dados do mapeamento sistemático pode ser mais limitada, quando comparada à divulgação da RSL. Além disso, no mapeamento sistemático, busca-se categorizar pontos de interesse nas pesquisas do assunto em questão, servindo como um “método para construir um esquema de classificação e estruturar um tema de pesquisa” (Rocha; Nascimento; Nascimento, 2018, p. 1).

O caráter “sistemático” desta pesquisa consiste na adoção de um protocolo de procedimentos para a realização do levantamento, objetivando diminuir os vieses na seleção dos trabalhos (Proença Junior; Silva, 2016, p. 234). O referido protocolo de pesquisa do mapeamento sistemático é similar ao realizado nas RSLs, situando a diferença entre os dois protocolos no foco da revisão, ou seja, “no nível de abrangência das questões de pesquisa e na profundidade de extração de dados” (Dermeval; Coelho; Bittencourt, 2020, p. 4), por exemplo.

O presente mapeamento seguiu o protocolo de pesquisa apresentado por Marques *et al*, o qual, por sua vez, é uma adaptação das diretrizes desenvolvidas por Kitchenham e Chartes (2007) para a realização de RSL. O protocolo em questão consiste nas seguintes etapas: (i) Definição do objetivo e questões de pesquisa, (ii) Estratégia para busca de estudos primários, (iii) Critérios de seleção de artigos (critérios de inclusão e exclusão), (iv) Procedimentos para a seleção de artigos e (v) Procedimentos para a extração dos dados dos artigos selecionados.

Em meio a este contexto, a presente pesquisa tem por finalidade responder a seguinte questão: como está situado, atualmente, o campo de pesquisa (especificamente as teses e dissertações) sobre o direito fundamental à segurança pública? Logo, o objetivo deste mapeamento sistemático é encontrar e extrair dados sobre as dissertações e teses na área do direito que tratam da temática do direito fundamental à segurança pública, a fim de identificar tendências, vieses e prevalências neste campo de pesquisa. Para alcançar este objetivo, o presente mapeamento sistemático da literatura foi realizado por meio das etapas descritas abaixo:

- Busca no mecanismo de “busca avançada” do *site* do Banco Digital de Dissertações e Teses (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com a utilização da palavra-chave “segurança pública” sob o filtro “título” (para só aparecerem os trabalhos que possuem a palavra-chave no título) e da palavra-chave “direito fundamental” sob o filtro “todos os campos” (ou seja, para filtrar os trabalhos que possuem a palavra-chave no título ou como assunto, autor, resumo em português etc.);
- No campo “idioma”, foi selecionada a opção “por”;
- Com relação ao ano de defesa, foram filtrados os trabalhos compreendidos no intervalo entre 1988, ano de promulgação da Constituição Federal, que constitucionalizou o direito à segurança pública, e 2023;
- Além disso, foi aplicado o filtro de dissertação;
- Os resultados foram ordenados em data ascendente (do mais antigo para o mais recente);
- Sequencialmente, foi repetido o procedimento apresentado acima, porém com a aplicação do filtro de tese. Os resultados foram ordenados em data ascendente;
- Como critério de inclusão, foram considerados todos os trabalhos que, ainda que não mencionassem expressamente a palavra-chave “direito fundamental”, faziam referência ou apresentavam uma perspectiva da segurança pública como direito fundamental. Para a realização desta etapa, foi realizada a leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave dos trabalhos, a fim de identificar se a dissertação ou tese aborda ou compreende a segurança pública como um direito fundamental;
- Como critério de exclusão, foram desconsiderados todos os trabalhos que não possuem a expressão “segurança pública” no título;
- Ano de busca: 2023.

Após a realização da coleta e filtragem das teses e dissertações pertinentes para a presente revisão, foi realizada a leitura e catalogação de todos os títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos incluídos, com a finalidade de analisar e categorizar as perspectivas adotadas nas pesquisas e, com isso, responder ao problema de pesquisa proposto.

4 RESULTADOS OBTIDOS

A quantidade de dissertações levantadas e selecionadas a partir do levantamento estão expostas, por ano de defesa, na Tabela 1. Na coluna referente à “quantidade pesquisada”, estão contabilizadas todas as dissertações encontradas a partir dos filtros aplicados no *site* do Banco Digital de Dissertações e Teses do IBICT (descritos no tópico anterior). Na coluna referente à “quantidade encontrada” estão selecionadas as dissertações que, após a primeira filtragem, permaneceram dentro dos parâmetros estabelecidos pelos critérios de exclusão e inclusão.

Tabela 1 – Dissertações encontradas a partir dos filtros aplicados no *site* do BDTD do IBICT

Ano	Quantidade pesquisada	Quantidade encontrada
1988	0	0
1989	0	0
1990	0	0
1991	0	0
1992	0	0
1993	0	0
1994	0	0
1995	0	0
1996	0	0
1997	0	0
1998	0	0
1999	0	0
2000	0	0
2001	0	0
2002	0	0
2003	0	0
2004	0	0
2005	0	0
2006	0	0
2007	1	1
2008	2	0

DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

2009	2	2
2010	0	0
2011	1	1
2012	2	0
2013	0	0
2014	3	1
2015	1	1
2016	2	0
2017	7	3
2018	4	2
2019	3	2
2020	5	1
2021	3	0
2022	5	2
2023	3	0
TOTAL	44	16

Fonte: autores (2024).

Como pode ser observado na tabela anterior, das 44 dissertações pesquisadas a partir dos filtros aplicados na busca avançada no *site* do IBICT, 16 trabalhos foram encontrados e selecionados por meio dos critérios de inclusão e de exclusão, sendo pertinentes para a resposta do problema proposto no presente artigo. Estes artigos foram catalogados no Quadro 1, apresentado abaixo:

Quadro 1 – Catalogação das dissertações encontradas

Título	Autor	Ano de defesa	Instituição	Área
Direito de liberdade X segurança pública: uma ponderação de interesses à luz do princípio da dignidade da pessoa humana no sistema de	Patrícia de Sá Leitão e Leão	2007	UNIFOR	Direito

DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO
DA LITERATURA

prisões processuais				
Legitimidade no controle judicial brasileiro de políticas de segurança pública	Pedro Ivo de Sousa	2009	FDV	Direito
Segurança pública e sua nota de fundamentalidade no ordenamento jurídico brasileiro	José Hugo de Alencar Linard Filho	2009	UNIFOR	Direito
Segurança pública: dever do Estado: garantia do exercício da cidadania	Gislene Donizetti Gerônimo	2011	Mackenzie	Direito
A constituição desmilitarizada: democratização e reforma do sistema constitucional de segurança pública	Vinicius Lúcio de Andrade	2014	UFRN	Direito
Democratização da segurança pública através do policiamento comunitário: efetivação do direito fundamental à segurança pública cidadã com a participação das comunidades em Alagoas	Joyce de Oliveira Bezerra de Souza	2015	UFAL	Direito
Moradias e segurança	Rafael Marcos	2017	UNB	Direito

DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO
DA LITERATURA

pública: o estudo de caso do conjunto habitacional Cidade do Povo – AC	Costa Pimentel			
Política de controle de armas no Brasil (Lei 10.826/2003): direito fundamental à segurança pública como fundamento democrático de limitação ao uso de armas como exercício de liberdade pessoal	Maria Juliana Dionisio de Freitas	2017	UFAL	Direito
Segurança pública e inefetividade estatal: o direito fundamental à segurança pessoal a partir da reflexão sobre o direito de possuir e portar arma de fogo	Estácio Luiz Gama de Lima Netto	2017	UFAL	Direito
A Constituição da República Federativa do Brasil e o direito fundamental à segurança pública	Dalton Abranches Safi	2018	PUCSP	Direito
Políticas públicas e novas perspectivas para a efetivação do direito fundamental à segurança pública	Luís Otávio Monteiro Costa	2018	FDV	Direito
A superação do	Nathan Glina	2019	PUCSP	Direito

DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO
DA LITERATURA

princípio da segurança pública				
Policiamento preditivo em Fortaleza: segurança pública e o uso de ferramentas tecnológicas na prevenção do crime	Edson Rebouças Vasconcelos	2019	UNIFOR	Direito
A atuação do Ministério Público na fase pré-processual na busca pela eficiência da gestão da Segurança Pública	Wilde Maxssuziane da Silva Sousa	2020	UFRN	Direito
Uma Polícia para a democracia: Segurança Pública e Constitucionalização	Joni Barbosa Amora	2022	UERJ	Direito
O necessário equilíbrio entre a proteção de dados pessoais e a atuação estatal na persecução penal: análise do anteprojeto NEFI 2020, limites e possibilidades, a compreensão da proteção integral dos direitos fundamentais, especialmente da segurança pública e	Luciano Rocha de Oliveira	2022	FDV	Direito

DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO
DA LITERATURA

da privacidade, à luz do paradigma do Estado Democrático de Direito				
--	--	--	--	--

Fonte: autores (2024).

Com relação ao levantamento das teses que circundam a temática do direito fundamental à segurança pública, após a repetição do procedimento realizado para a filtragem e seleção das dissertações, foi possível levantar um total de 15 teses pesquisadas, sob os filtros de “segurança pública” constando no título, e “direito fundamental” aplicado em todos os campos. Deste montante, foram selecionadas três teses, que abordam o direito fundamental à segurança pública e que se encontram dentro dos parâmetros definidos pelos critérios de inclusão e exclusão, conforme indica a Tabela 2.

Tabela 2 – Teses pesquisadas e encontradas a partir dos filtros aplicados no *site* do BDTD do IBICT

Ano	Quantidade pesquisada	Quantidade encontrada
1988	0	0
1989	0	0
1990	0	0
1991	0	0
1992	0	0
1993	0	0
1994	0	0
1995	0	0
1996	0	0
1997	0	0
1998	0	0
1999	0	0
2000	0	0
2001	0	0
2002	0	0
2003	0	0

DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

2004	1	0
2005	0	0
2006	0	0
2007	0	0
2008	0	0
2009	0	0
2010	2	0
2011	0	0
2012	0	0
2013	2	0
2014	0	0
2015	2	0
2016	1	0
2017	1	0
2018	1	0
2019	0	0
2020	1	0
2021	2	1
2022	1	0
2023	1	0
TOTAL	15	1

Fonte: autores (2024).

Realizado o levantamento quantitativo das teses encontradas com a temática do direito fundamental à segurança pública, parte-se para a catalogação destes trabalhos encontrados, realizada no Quadro 2, a fim de extrair informações básicas para a interpretação destas pesquisas.

Quadro 2 – Catalogação da tese encontrada

Título	Autor	Ano de defesa	Instituição	Área
Regime disciplinar diferenciado –	Cyro Eduardo Blatter Moreira	2021	FDV	Direito

DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA PÚBLICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

RDD: análise comparativa do direito fundamental da sociedade à segurança pública x direito fundamental à integração social do preso componente de organização criminosa				
---	--	--	--	--

Fonte: autores (2024).

Como foi possível observar a partir dos levantamentos de teses e dissertações organizados nas tabelas e quadros acima, o número de dissertações pesquisadas e a quantidade de dissertações encontradas (ou seja, pertinentes para a presente revisão) foram superiores às quantidades de teses pesquisadas e encontradas. Estes levantamentos indicam informações importantes para a compreensão de que forma(s) a academia vem abordando e entendendo o direito fundamental à segurança pública, que foi constitucionalizado na Constituição Federal de 1988.

Com base nestes levantamentos apresentados, pretende-se, no próximo capítulo, analisar e discutir os dados e informações coletados, com o objetivo de responder à pergunta proposta como problema de pesquisa deste mapeamento sistemático.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

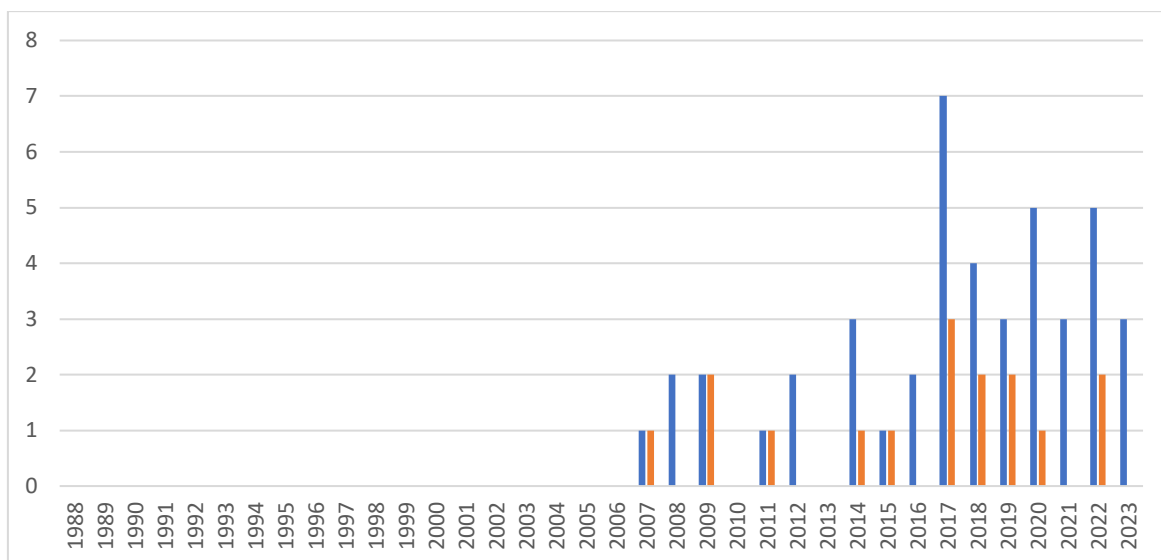
Feito o levantamento das teses e dissertações que trabalharam a temática do direito fundamental à segurança pública na área do direito, entre 1988 e 2023, passa-se para a análise e categorizações destes trabalhos. Para o presente mapeamento, optou-se pelo recorte, seleção e classificação dos dados referentes ao ano de defesa, instituição de ensino onde foi desenvolvido o trabalho, palavras-chave e resumo do trabalho.

Com relação ao ano de defesa dos trabalhos selecionados, foi possível organizar as

Revista *Argumentum* – RA, eISSN 2359-6889, Marília/SP, V. 27, N. 2, p. 195-218, Mai.-Ago. 2026. 209

dissertações em ordem cronológica e em frequência por ano, conforme mostra o Gráfico 1. Em azul está a quantidade pesquisada (sem aplicação dos critérios de inclusão e exclusão) e em laranja encontra-se a quantidade encontrada (após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão).

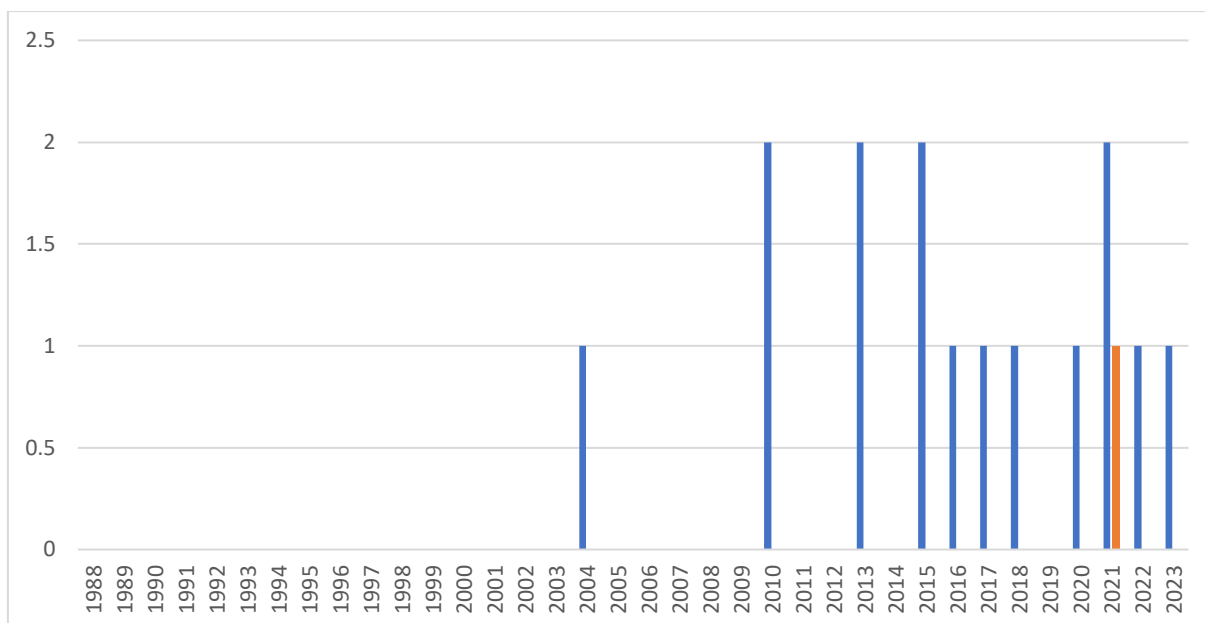
Gráfico 1 – Classificação das dissertações pesquisadas e encontradas por ano de defesa



Fonte: autores (2024).

Observa-se que mesmo possuindo um recorte cronológico desde 1988, a primeira dissertação que abordou o tema do direito fundamental à segurança pública só foi defendida em 2007. Ainda, é possível notar um aumento na produção de trabalhos sobre esse assunto (tanto na quantidade pesquisada, mas principalmente na quantidade encontrada) a partir de 2017. Com relação às teses pesquisadas e encontrada, organizando-as cronologicamente foi possível chegar ao resultado demonstrado pelo Gráfico 2.

Gráfico 2 – Classificação das teses pesquisadas e encontrada por ano de defesa



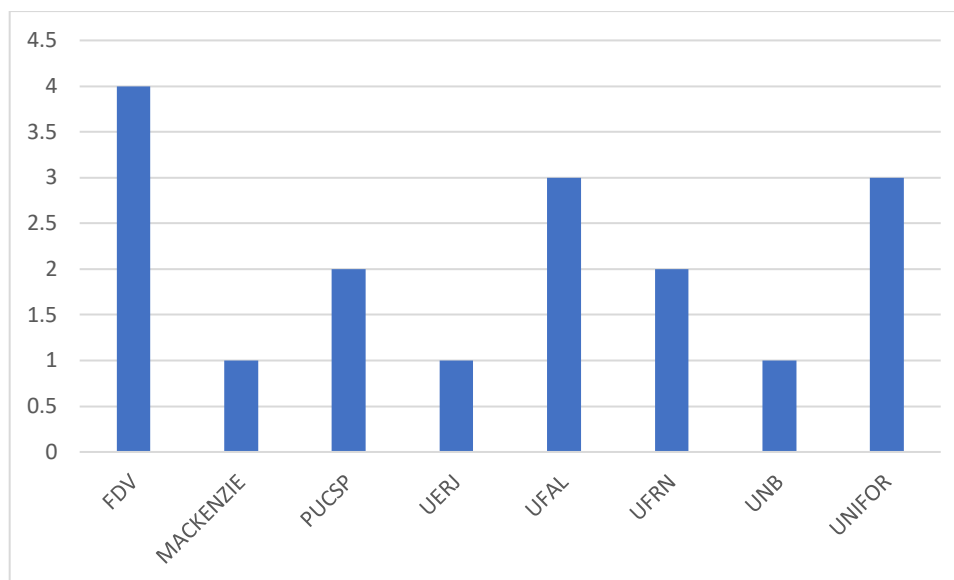
Fonte: autores (2024).

O Gráfico 2 ilustra como a quantidade de teses pesquisadas e encontradas foi inferior a de dissertações, havendo apenas uma tese que abrange a temática do direito fundamental à segurança pública, dentro dos critérios de seleção estabelecidos na presente pesquisa, defendida no ano de 2021.

As próximas análises e organizações de dados serão feitas sobre apenas os trabalhos encontrados, ou seja, aqueles que foram incluídos após a aplicação das estratégias de busca e dos critérios de seleção, sendo considerados os trabalhos pertinentes para o problema de pesquisa proposto neste mapeamento sistemático.

Com relação às instituições de ensino onde foram defendidas as dissertações e a tese encontradas, o Gráfico 3 apresenta os seguintes resultados.

Gráfico 3 – Classificação dos trabalhos encontrados por instituição de ensino



Fonte: autores (2024).

O Gráfico 3 demonstra que a maior concentração de trabalhos defendidos sobre a temática do direito fundamental à segurança pública encontra-se na Faculdade de Direito de Vitória (FDV) com quatro trabalhos defendidos (três dissertações e uma tese), seguido pela Universidade Federal do Alagoas (UFAL) e da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), cada uma com três dissertações.

A partir deste recorte por instituições, pode-se observar que os trabalhos que abordam o direito fundamental à segurança pública estão concentrados nas regiões nordeste e sudeste, inexistindo teses e dissertações (com os filtros e critérios aplicados) defendidas nas regiões norte e sul do Brasil. Ainda, comparando os trabalhos defendidos em instituições de ensino públicas e privadas, tem-se que, dos 17 trabalhos encontrados (16 dissertações e uma tese), 10 trabalhos foram defendidos em instituições privadas, enquanto que sete trabalhos foram defendidos em instituições públicas, demonstrando, neste caso, uma pequena prevalência das universidades privadas sobre as públicas no que tange à produção acadêmica sobre o direito fundamental à segurança pública.

Redirecionando a análise para as palavras-chave constantes nos trabalhos encontrados, buscou-se investigar quais palavra-chave estiveram presentes em mais de um trabalho, bem como a frequência destas repetições. Os resultados estão expostos no Quadro 5, sendo apresentadas apenas as palavras-chave que repetiram.

Quadro 3 – Catalogação das palavras-chave repetidas nos trabalhos encontrados

Palavras-chave	Frequência
Políticas públicas	2
Polícia	2
Polícia militar	2
Policciamento comunitário	2

Fonte: autores (2024).

Com base no Quadro 3, pode-se observar que as palavras-chave relacionadas à polícia foram predominantes nos trabalhos encontrados, o que pode sinalizar que um dos vieses temáticos dos trabalhos acadêmicos que abordam o direito fundamental à segurança pública seja o tema da polícia. Além disso, destaca-se a repetição da palavra-chave “policciamento comunitário”, podendo indicar outra tendência dos trabalhos sobre o direito fundamental à segurança pública no sentido de estudarem o policiamento comunitário como política alternativa no contexto de segurança pública.

Ainda, uma palavra-chave não contabilizada no quadro acima por não ser uma repetição literal, mas que se relaciona ao policiamento comunitário, é a palavra-chave “polícia comunitária” que segue no mesmo sentido. Assim, pode-se afirmar que três trabalhos sobre o direito fundamental à segurança pública dialogam com o tema de policiamento comunitário, podendo sugerir um viés de tendência dos trabalhos do assunto tratado neste levantamento.

Por fim, foi realizada uma análise qualitativa dos trabalhos selecionados, buscando classificar os trabalhos pela forma como abordam a temática do direito fundamental à segurança pública. Para a realização desta categorização, foram analisados os títulos, palavras-chave e resumos das dissertações e da tese encontradas. Realizando a leitura e análise deste material, foi possível enquadrar os trabalhos selecionados em duas categorias, com relação ao modo como abordaram o direito fundamental à segurança pública: (i) trabalhos conceituais, sendo aqueles que se dedicaram a discutir o conceito de direito fundamental à segurança pública; e os (ii) trabalhos aplicados, os quais tratam o direito fundamental à segurança pública como pressuposto teórico/dogmático para trabalhar alguma questão específica (um estudo de caso ou análise de uma lei, por exemplo).

Ressalta-se que esta classificação não se refere ao que o trabalho discute de fato, mas, sim, ao que o seu título, suas palavras-chave e o seu resumo sugerem, tendo em vista que a análise estará restrita a essas informações. Este procedimento de extração de dados é o que oferece o maior risco de enviesamento, se comparado aos anteriores, já que consiste na

interpretação feita pelos autores deste mapeamento sobre algumas informações contidas nas dissertações e tese encontradas. Apesar disso, com a finalidade de reduzir eventuais vieses, tentou-se objetivar a análise, considerando como pertencente à primeira categoria os trabalhos que objetivaram discutir, centralmente, o próprio conceito de direito fundamental à segurança pública, ao passo que, na segunda categoria, foram enquadrados os trabalhos que partem deste tema para investigar assuntos específicos, e que, portanto, não possuem como objetivo central a discussão do direito fundamental à segurança pública.

A partir desta categorização, chegou-se aos seguintes resultados: dos 17 trabalhos encontrados, nove foram classificados como “aplicados”, ou seja, que trabalham o direito fundamental à segurança pública como pressuposto teórico ou dogmático ou como elemento periférico, possuindo como objetivo a análise de outras temáticas e questões; enquanto sete trabalhos foram considerados “conceituais” (cujo objetivo principal era o de abordar a temática do direito fundamental à segurança pública). Um dos trabalhos – “Segurança pública e inefetividade estatal: o direito fundamental à segurança pessoal a partir da reflexão sobre o direito de possuir e portar arma de fogo” (Lima Netto, 2017) - não pode ser categorizado nem como conceitual e nem como aplicado, visto que, com base no seu resumo, o trabalho possui uma inclinação conceitual, de propor uma “mudança não apenas interpretativa a respeito do direito fundamental à segurança, focando a análise no viés pessoal desse direito” (Lima Netto, 2017), bem como aplicada, sobre a legislação relacionada ao desarmamento.

Com isso, foi possível notar superficialmente a forma de abordagem dos trabalhos que tratam do direito fundamental à segurança pública, existindo, até o momento, uma pequena prevalência de trabalhos acadêmicos que utilizam o direito fundamental à segurança pública como suporte teórico e dogmático para abordarem outras questões. Apesar disso, é perceptível uma quantidade razoável de trabalhos cujo objetivo é trabalhar conceitualmente o direito fundamental à segurança pública.

Feitas as extrações, organizações e categorizações dos dados dos trabalhos selecionados, tornou-se possível encontrar algumas tendências acerca da pesquisa sobre o direito fundamental à segurança pública no Brasil: os primeiros trabalhos sobre a temática começaram a partir do final da década de 2000, havendo um crescimento de trabalhos sobre este assunto a partir de 2017. Com relação às instituições de ensino que abarcaram estas pesquisas, observa-se que a maioria delas estão nas regiões nordeste e sudeste, não sendo encontrados trabalhos sobre esta temática (com base nos filtros e critérios utilizados) em instituições de ensino das regiões norte e sul. Ainda com relação às instituições de ensino, há leve prevalência de trabalhos sobre o direito fundamental à segurança pública realizados em instituições privadas.

Sobre as temáticas e abordagens envolvidas nas pesquisas sobre este assunto, o levantamento de repetição de palavras-chave indica uma prevalência do assunto “polícia” nas pesquisas relacionadas ao direito fundamental à segurança pública. O tema do policiamento comunitário ganhou destaque no levantamento de palavras-chave, podendo sinalizar eventual caminho ou alternativa vislumbrada pelos pesquisadores desta temática. Sobre a forma como trabalharam o direito fundamental à segurança pública, após a leitura dos títulos, resumo e palavras-chave dos trabalhos encontrados, foi possível observar que as pesquisas se concentram em dois grupos: o de trabalhos que abordam, de forma central, o conceito de direito fundamental à segurança pública, aqui chamados de trabalhos “conceituais”; e os trabalhos que utilizam este conceito como pressuposto teórico e dogmático para discutirem outras temáticas, chamados aqui de trabalhos “aplicados”. Nesta classificação, houve uma pequena prevalência dos trabalhos aplicados. Tais resultados obtidos contribuem na compreensão do panorama geral da pesquisa do direito fundamental à segurança pública no Brasil, podendo indicar eventuais preocupações e expectativas que este campo de pesquisa apresenta.

6 CONCLUSÃO

O conceito de segurança é fundamental para a própria compreensão do Estado moderno, sendo uma das principais preocupações do soberano, conforme idealizaram filósofos políticos como Thomas Hobbes. Até hoje, a segurança pública é um tema central no debate público brasileiro, havendo propostas para a sua concretização de diversas formas e vieses ideológicos.

A ideia de segurança pública assumiu uma importância tão considerável na sociedade brasileira a ponto de ser consagrada como um direito fundamental social, inscrito na Constituição Federal em seu art. 6º. Neste contexto, a presente pesquisa buscou realizar um mapeamento sistemático da literatura, especificamente das teses e dissertações defendidas no Brasil, na área do direito, que abordaram o direito fundamental à segurança pública.

O repositório escolhido para a realização das buscas de estudos primários foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foi realizada busca avançada no referido sistema, sendo utilizados como filtros as expressões “segurança pública” (selecionando o campo “título”) e direito fundamental (selecionando o campo “todos os campos”). No campo de idioma foi selecionada a opção “por”, aplicando como filtro cronológico o intervalo entre 1988 (ano da promulgação da Constituição Federal, que consagrou a segurança pública como direito fundamental) e 2023. Os resultados foram então ordenados de forma cronológica, em ordem de

“data ascendente”.

A partir destes filtros, foram pesquisados 44 dissertações e 15 teses. Neste montante, foram aplicados critérios de exclusão e de inclusão, restando, após esta segunda filtragem, 16 dissertações e uma tese que abordaram diretamente a temática do direito fundamental à segurança pública, enquadrando nos parâmetros definidos no protocolo desenvolvido. Com esta quantidade de 17 trabalhos encontrados, foram realizadas algumas categorizações quantitativas e qualitativas destas pesquisas, classificando-as e organizando-as sob os recortes de ano de defesa, instituição de ensino que comportou a pesquisa, repetição (e frequência da repetição) das palavras-chave e a forma de abordagem, pelos trabalhos encontrados, ao direito fundamental à segurança pública.

Estas categorizações e ordenações permitiram a visualização de tendências dos trabalhos encontrados, o que pode indicar possíveis inclinações, preferências e vieses da pesquisa sobre o direito fundamental à segurança pública. Com relação ao ano de defesa dos trabalhos encontrados, foi possível notar que o primeiro trabalho (entre dissertações e teses) a tratar do direito fundamental à segurança pública foi defendido apenas em 2007, sendo observado um crescimento na produção acadêmica sobre esta temática na década de 2010, especialmente a partir do ano de 2017, que registrou a maior quantidade de trabalhos pesquisados e encontrados.

Com relação à instituição de ensino onde foi realizada a pesquisa, percebeu-se uma prevalência das instituições sediadas nas regiões nordeste e sudeste, com oito trabalhos realizados em cada uma destas regiões. Não foram encontradas dissertações e teses que abordam o direito fundamental à segurança pública nas regiões norte e sul. Outra tendência a ser apontada foi a prevalência de instituições privadas sobre as instituições públicas: dos 17 trabalhos encontrados, 10 foram desenvolvidos em instituições de ensino privadas e sete em instituições públicas.

Já com relação à frequência de repetições das palavras-chave trazidas nos trabalhos encontrados, o que pode indicar preferências e tendências temáticas das pesquisas neste campo, foi possível perceber a prevalência de palavras-chave relacionadas ao assunto “polícia”, sendo um indicativo de que as pesquisas sobre o direito fundamental à segurança pública tendem a abordar a temática do policiamento. Especificamente, a temática do policiamento comunitário foi um dos mais frequentes nos trabalhos encontrados, o que também indica uma inclinação das pesquisas em direção a esta questão.

Por fim, com relação ao modo de abordagem ao direito fundamental à segurança pública, foram analisados, para atingir este fim, os títulos, as palavras-chave e os resumos dos

trabalhos encontrados. Tal investigação permitiu compreender que a maioria destes trabalhos se concentram em dois objetivos principais, com relação ao tema do direito fundamental à segurança pública: os que objetivaram analisar especificamente este conceito, sendo classificados como trabalhos “conceituais”, e os que utilizam deste conceito para a análise e investigação de outros assuntos atrelados, chamados aqui de trabalhos “aplicados”. Nesta classificação, dos 17 trabalhos encontrados, nove foram classificados como “aplicados” e sete como “conceituais”, estando um trabalho na intersecção, por oferecer uma abordagem conceitual e aplicada com relação ao direito fundamental à segurança pública.

Assim, retomando o problema de pesquisa que norteou este mapeamento sistemático, pode-se afirmar que o campo de pesquisa sobre o direito fundamental à segurança pública se desenvolveu no século XXI, apresentando um aumento de pesquisas sobre a temática na década de 2010, especialmente a partir de 2017. Trata-se de pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação situados principalmente nas regiões nordeste e sudeste, com uma pequena prevalência para instituições de ensino provadas. Sobre as temáticas dialogadas com o conceito de direito fundamental à segurança pública, estão assuntos relacionados à polícia, principalmente o tema de policiamento comunitário. E com relação a forma como os trabalhos encontrados abordaram a temática aqui analisada, pode-se concluir que a maioria utilizou o direito fundamental à segurança pública de forma aplicada, para discutir assuntos atrelados a este.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. Política criminal: entre la política de seguridad y la política social. *Delito y seguridad de los habitantes*, p. 80-95, 1997.

DAMASCENO, M. P. da S. Do medo à sociedade: a passagem do estado de natureza para a sociedade civil em Thomas Hobbes. *Kairós*, Fortaleza, v. 16, n. especial, p. 82-99, 2021. Disponível em: <https://www.ojs.catolicadefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/38>. Acesso em: 3 jan. 2024.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge AP de M.; BITTENCOURT, Ig Ibert. Mapeamento sistemático e revisão sistemática da literatura em informática na educação. In: *Metodologia de pesquisa científica em informática na educação: abordagem quantitativa*. JAQUES, Patrícia Augustin; SIQUEIRA; Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano. (Org.) Porto Alegre: SBC, 2020.

GARCÍA, Jos. Gerencialismo y políticas penales. *Revista Electrónica Derecho e Sociedade-REDES*, v. 3, n. 1, p. 109-138, 2015.

KITCHENHAM, B.; CHARTES, S.: Guidelines for performing systematic literature reviews

in software engineering. In: *EBSE Technical Report EBSE-2007-01*, Software Engineering Group Department of Computer Science Keele University, 2007.

LIMA NETTO, Estácio Luiz Gama de. *Segurança pública e inefetividade estatal: o direito fundamental à segurança pessoal a partir da reflexão sobre o direito de possuir e portar arma de fogo*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2017.

LUNARDI, Soraya Gasparetto. Segurança: privilégio ou direito de todos. *Leituras de um realismo jurídico-penal marginal*, p. 37-52, 2012.

MARQUES, Anna Beatriz; LOPES, Adriana; ORAN, Ana Carolina; CONTE, Tayana. Modelagem de Interação e Navegação de Sistemas Interativos: Protocolo de um Mapeamento Sistemático da Literatura. In: *USES Technical Report Number RT-USES-2015-0001* – Grupo de Usabilidade e Engenharia de Software, Instituto de Computação Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2015.

PROENÇA JUNIOR, Domício; SILVA, Édison Renato. Contexto e processo do mapeamento sistemático da literatura no trajeto da pós-graduação no Brasil. *Transinformação*, v. 28 n. 2, p. 233-240, maio/ago., 2016.

ROCHA, Fabio Gomes; NASCIMENTO, Bruno Alves Reis; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Um modelo de mapeamento sistemático para a educação. *Cadernos da FUCAMP*, v. 17, n. 29, p. 1-6, 2018.

ZANETIC, André et al. Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 16.